

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.201 - SP (2019/0296478-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ARTUR REGA LAUANDOS - SP258431
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAM CESAR FERNANDES DO NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de WILLIAM CESAR FERNANDES DO NASCIMENTO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2178140-61.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, II, do Código Penal (roubo circunstanciado). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva. Recebida a denúncia, o acusado não foi encontrado no endereço disponibilizado nos autos, razão pela qual foi citado por edital, e, não tendo constituído defensor, foi declarada a revelia, com a suspensão do processo e do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP, ocasião na qual o juízo de primeiro grau, ainda, decretou a prisão preventiva do paciente.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - Roubo - Liberdade provisória - Presença dos pressupostos autorizadores da segregação cautelar - Requisitos exigidos para responder ao processo em liberdade não comprovados - Ordem denegada (fls. 16).

No presente *writ* o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a prisão preventiva do paciente, salientando não estarem presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Destaca ser precipitado concluir que o paciente pretende se furtar à aplicação da lei penal e pondera que o delito imputado teria ocorrido dois anos antes da decretação da prisão, sem notícia de novo envolvimento criminoso do paciente.

Superior Tribunal de Justiça

Indica a existência de dúvidas sobre a autoria delitiva e ressalta que o paciente conta com condições pessoais favoráveis.

Assegura que a prisão preventiva é medida excepcionalmente severa, especialmente considerando a possibilidade da fixação de regime prisional diverso do fechado, em caso de eventual condenação.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ainda que mediante a aplicação de medida cautelar alternativa.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, notadamente acerca da situação processual e prisional do ora paciente, bem como do aplicação anterior de medidas cautelares alternativas. Os informes deverão ser prestados preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

